

“TRAVESTILIZANDO DE SENSIBILIDADE AS RUAS E AS UNIVERSIDADES”¹: TRAVESTIS E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA

"SENSITIVELY TRAVESTILIZING THE STREETS AND UNIVERSITIES": TRANSVESTITES AND UNIVERSITY PERMANENCE

Letícia Cardoso Barreto.²
Ana Luiza do Nascimento Rezende.³

RESUMO

Nesse trabalho, buscamos compreender como a presença de travestis pesquisadoras tem causado mudanças institucionais em termos de acesso e permanência nas universidades públicas do Brasil. Em uma perspectiva qualitativa, a busca se deu tanto em identificar momentos históricos dos processos de democratização das universidades públicas no nosso país, como localizar os grupos que discutem sobre travestilidades e as redes de travestis pesquisadoras que vêm discutindo sobre suas vivências nesses espaços. Nossa análise se concentra em três instituições: UFSC, UNICAMP e USP. Os resultados indicam propostas ainda frágeis, mas fundamentais para a permanência, além de ressaltar a importância das próprias travestis na implementação de tais políticas, assim como a importância de se trilhar esse caminho coletivamente.

Palavras-chave: Política de Permanência Estudantil; Cotas trans; Travestilidades; Feminismos.

ABSTRACT

In this work, we seek to understand how the presence of transvestite researchers has caused institutional changes in terms of access and permanence at public universities in Brazil. From a qualitative perspective, the aim was to identify historical moments in the democratization of public universities in our country, as well as to locate the groups that discuss transvestism and the networks of transvestite researchers who have been discussing their experiences in these spaces. Our analysis focuses on three institutions: UFSC, UNICAMP and USP. The results indicate proposals that are still fragile, but which are fundamental to staying in place, as well as highlighting the importance of the transvestites themselves in implementing these policies, and the importance of walking this path collectively.

Keywords: Student Permanence Policy; Trans quotas; Travestilidades; Feminisms.

¹ O trecho destacado entre aspas e que dá origem ao título deste texto foi retirado da apresentação escrita por Linn da Quebrada na obra “Pedagogias das travestilidades” da autora Maria Clara Araújo dos Passos.

² Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Psicologia pela UFMG. Professora de Psicologia Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: leticia.barreto@uemg.br.

³ Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). E-mail: aluiza5438@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a história não linear da universidade pública em nosso país Mayorga, Costa e Cardoso (2010) demarcam o fato de que esta instituição fora criada dentro da lógica do mito fundador e, portanto, teve por muito tempo, o objetivo central de ratificar um projeto de Brasil que privilegiasse a elite branca, patriarcal e senhoril. Fato é que, desde sua fundação, podemos observar que não fora pensada para todas as pessoas, haja vista que seu público-alvo eram aqueles que futuramente iriam ocupar os quadros de aparelho oficial do Estado. Posteriormente, na promulgação da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, instituía-se exames de admissão sob a justificativa de que precisava zelar pela “qualidade do ensino superior” e garantir a “aptidão” dos candidatos. Anos mais tarde, na época da ditadura civil-militar, observa-se que as Universidades seguiam defendendo os interesses da elite dominante e da igreja, adotando os militares uma postura de privatização das universidades, sob a justificativa de “divisão dos ônus” com as estudantes. Sua construção, portanto, não se deu de forma neutra, a-histórica ou a-política, ela serviu aos interesses de uma classe dominante e se utilizou do discurso de suposta neutralidade para sustentar a construção daquilo que denomina como “verdadeira ciência” (Mayorga, Costa e Cardoso, 2010).

Entre disputas e tensões ao longo desta história, as discussões sobre a democratização do ensino superior avançaram, trazendo para a cena a importância de se pensar as muitas sujeitas que não acessam (ou que acessam) tais espaços. A articulação e militância do Movimento Negro, nos anos 2000, foi fundamental nesse processo, pois chamou a atenção para a implementação das Políticas de Ações Afirmativas, políticas e práticas destinadas a corrigir desigualdades impostas a populações que tiveram seus direitos sociais negados (Mayorga e Costa, 2010). A garantia de tais direitos estende-se também à população trans⁴ e mais

⁴ Durante a elaboração da pesquisa dialogo com pesquisadoras trans e travestis que refletem sobre suas vivências na academia a partir de referenciais nos feminismos. São pesquisadoras/pensadoras que normalmente optam por localizar-se no gênero feminino. Assim, sendo elas parte fundamental do meu referencial justifico a opção pela escrita deste projeto feita no genérico feminino (Barreto, 2015; 2022).

recentemente tem começado a se efetivar. Assim, no final dos anos 2000, especialmente no âmbito da saúde pública, o movimento organizado de travestis conquista o direito ao nome social, e nos anos que seguem, seu espraiamento chega os espaços de educação. Além disso, cabe pontuar que na última década observamos também a implementação de políticas afirmativas em Instituições do Ensino Superior (IES) destinadas à população trans (Iazzetti, 2021).

Considerando este cenário ainda recente, refletir sobre a não permanência de uma travesti na Universidade não é um fator individual daquela estudante, mas sim de uma série de contextos no espaço acadêmico que dificultam sua presença ali. Torna-se, portanto, fundamental que a universidade reflita sobre si e sobre a ciência que produz, se atentando ao compromisso com uma posição crítica de não re/produção de desigualdades (Mayorga *et. al*, 2010). Algo que Raewyn Connell, mulher transexual⁵, se propõe a pensar em suas obras quando teoriza sobre gênero, sexualidades e educação. Coerente com essa postura enquanto ainda estudante de ciências sociais, ela se vinculou a movimentos sociais que buscavam vias de democratizar a universidade, questionando os referenciais teóricos utilizados e as discussões privilegiadas nas Universidades tradicionais da Austrália. Em entrevista publicada na Revista Cadernos Pagu, a autora afirma que a teoria é um trabalho corporificado e que por isso devemos nos atentar ao local onde ela é produzida, à corporeidade e às experiências das teóricas (Hamlin e Vandenberghe, 2013). Ao fazer esse movimento, questiona-se novamente a posição de suposta neutralidade da ciência e torna-se possível identificar quem se privilegia com determinadas discussões, a quem a Universidade tem sido possibilitada e a quem interessa a ela que permaneça.

Consoante a isso, Maria Clara Araújo dos Passos (2019) traz contribuições importantes ao discutir sobre a importância de descolonizar os currículos, uma vez que estes são muito mais do que meros dispositivos de transpor conhecimento, isto é, são também formas de colonizar

⁵ Opto por me referir às teóricas conforme suas autodefinições que são explicitadas nas suas obras, na descrição do currículo lattes, em entrevistas, vídeos e etc.

(Kilomba, 2019). Ao passo que contemplamos epistemologias, teorias e metodologias ditas “outras”, tornamos também possível invocar outras possibilidades de representação de identidades. Torna-se possível multiplicar as vozes e narrativas de resistências silenciadas no processo de apagamento histórico, além de expor as feridas coloniais presentes nas Universidades que as fazem adotar estruturas epistêmicas racistas e sexistas, contribuindo para a exclusão destas sujeitas nestes espaços.

Dados publicados no dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) indicam que apenas 0,02% das Travestis estão presentes no Ensino Superior e que 72% das travestis não concluíram Ensino Médio. A Travesti e afrotransfeminista Maria Clara Araújo dos Passos (2022) e a Travesti e putafeminista Amara Moira (2016)⁶ em suas respectivas obras, trazem passagens que narram a expectativa alheia de que a figura da Travesti esteja na prostituição. Subentende-se que a elas seja destinada apenas as ruas escuras onde batalham muitas trabalhadoras sexuais, mas não a escola ou a universidade, espaços colonizados de saber, que tantas vezes insistem em mostrar que não são bem-vindas.

Se, de acordo com a Constituição Federal de 1988, toda cidadã têm o direito social à Educação, sem quaisquer discriminações de raça, cor, sexo e religião, por qual motivo isso é negado a elas? “E elas não são cidadãs”? É necessário demarcar a relação entre cidadania e educação, posicionando que o direito ao Nome Social e às Políticas Afirmativas às pessoas trans para ingresso nas Universidades não são um mero tokenismo (Lorde, 2019) ou seja, não são pequenas concessões. Mas sobretudo, requer também uma reflexão acerca da universidade e os saberes produzidos ali.

⁶ Nomear-se enquanto travesti é também um ato político de se afirmar mulher sem que seja necessário passar pelo processo transexualizador e se enquadrar em binarismos das ciências médicas. A fala de Jovanna Baby é marcante e representa isso, quando nos diz “Ser Travesti é se autoafirmar. É ser quem eu sou, uma mulher de pau. E daí?”. Portanto, se trata de uma forma de legitimar as diversas formas de mulheridade e feminilidade, enquanto construções socioculturais que não são atribuídas à genitália ou ao sexo do nascimento. Tais reflexões reverberam pelos feminismos, demandando que o movimento as reconheça também enquanto sujeitas políticas, incorporando suas percepções sobre as transfobias imbricadas ao racismo e ao sexismo, mas também a: classe, geração, região e entre outras (Nascimento, 2022). Essas reverberações vão constituindo outras correntes dentro do movimento feminista, como o afrotransfeminismo que articula as questões relativas à raça ao transfeminismo, assim como também o putafeminismo (Prada, 2018) que defende a centralidade do debate a partir das vozes das prostitutas enquanto sujeitas e trabalhadoras dignas.

Assim, à luz de uma reflexão localizada historicamente, buscamos delimitar as Universidades enquanto territórios de disputa. De sua torre de marfim, intelectuais concentraram por séculos o *locus* da produção de conhecimento, anunciando-se enquanto verdade e deixando à margem todas aquelas que fugiam do padrão branco, elitista e cis-heteronormativo. Trazer o foco para o ingresso e, especialmente, a permanência das travestis e mulheres transexuais universitárias, é, portanto, uma maneira de tensionar esta estrutura, pois é a partir dessas políticas institucionais que algumas dessas sujeitas vistas como dissidentes conseguem adentrar nas universidades e em coletivo, modificá-las. É de nosso interesse nesse texto, nos debruçar em compreender, a partir da presença de Travestis pesquisadoras, como vem ocorrendo mudanças institucionais em termos de acesso e permanência nas Universidades públicas do Brasil. Para tanto, fazemos uma busca nos grupos cadastrados no CNPq que abordem sobre as travestilidades e/ou tenham a presença de pesquisadoras Travestis. Em seguida, densificamos esses resultados, identificando e contextualizando a presença de políticas de acesso e permanência presentes nestas universidades, principalmente, a partir das produções de pesquisadoras travestis presentes nesses grupos.

1. ENCONTROS: SOBRE A AMAPÔ⁷ PESQUISADORA, A ESCRITA E O CAMPO

O surgimento da pesquisa defendida neste artigo tem relação com trânsito que faço por três campos de atuação diferentes durante minha formação⁸ e das análises que faço a partir de tais cenários, a saber os campos são: a Psicologia Social Feminista, o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e a prostituição exercida pelas travestis. O primeiro deles, acontece a partir de uma pesquisa documental, que visa compreender a criação e consolidação da Psicologia

⁷ Termo do Pajubá/Bajubá utilizado pelas travestis para localizar as mulheres cis.

⁸ Cabe pontuar que este texto é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia da segunda autora, orientado pela primeira. Assim, apesar da autoria coletiva, o texto será narrado em primeira pessoa em alguns momentos fazendo referência as reflexões pessoais da segunda autora. E em alguns momentos narrado em terceira pessoa, fazendo referência as reflexões trabalhadas em conjunto.

Social Feminista no Brasil. O segundo deles se deu pelo meu ingresso como estagiária no NAE, setor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Divinópolis), onde fui estudante, que se debruça nas discussões sobre democratização do Ensino Superior. E por fim, também no mesmo município, o terceiro se constitui a partir de um estágio em pesquisa, em que atuávamos juntas as travestis na batalha⁹.

Estar na pesquisa, no NAE ou no campo da prostituição junto às trabalhadoras sexuais (e especialmente nesta última) exigiam que eu refletisse sobre os atributos que me compõem, sobre as posições que ocupava em tais espaços e as formas como impactam na minha produção de ciência. Aqui, a perspectiva parcial da objetividade feminista de Donna Haraway (1995) fez sentido para mim, pois foi ali que entendi que minha inserção e meu olhar transitando por estes campos estavam atravessados por quem eu sou, por minha corporiedade, pelo contexto social, político e histórico que vivemos. Portanto, o conhecimento produzido ali e meu fazer científico não poderiam ser neutros, eles refletiam uma gama de categorias e elementos que me atravessavam. Os acessos que tive por ser uma mulher cis, jovem, de classe média baixa, branca e estudante universitária, me indagam em refletir sobre minha facilidade em transitar por determinados campos e minha dificuldade por outros. Sobretudo, tais reflexões me indagam em me posicionar.

Em determinado momento, passei a estar presente em todos os campos citados anteriormente e foi ali que a inquietação transbordou em mim. Começo a me atentar ao fato de que não havia travestis e mulheres transexuais em minha universidade, com exceção de uma professora no curso de Enfermagem. Assim como elas também não estavam presentes em vários dispositivos da rede do município, no entanto, todas as noites que fui até a pista, elas estavam lá.

Esse encontro com elas me afeta e mobiliza em refinar mais uma vez meu olhar, me convocando a repensar as autoras com quem dialogo e os fundamentos epistemológicos em que

⁹ Por “batalha” me refiro ao trabalho sexual realizado pelas travestis e, por “pista”, me refiro aos espaços (ruas, avenidas etc.) onde as travestis negociam os programas (Oliveira, Paixão e Gea, 2022). Opto por utilizar tais termos uma vez que são categorias nativas (Peirano, 1995) utilizadas pelas trabalhadoras sexuais em campo.

sustento meu fazer-pensar científico. Passo então, a buscar por autoras trans e travestis dentro da psicologia e me encontro com Jaqueline Gomes de Jesus, Céu Cavalcanti, Brune Coelho Brandão e Sofia Favero. Para esta amapô, esse movimento confluyente de saída/retorno para universidade foi crucial, pois é a partir dele que se torna possível questionar o que estava posto enquanto verdade na ciência psicológica.

2. TRILHAS METODOLÓGICAS: MAPEANDO AS TRAVESTILIDADES EM GRUPOS ACADÊMICOS

Partindo da premissa de que a permanência das travestis e mulheres transexuais acadêmicas provocam mudanças na Universidade, defendemos que uma das formas de identificar tais mudanças seja localizando os grupos acadêmicos, as articulações deles com a instituição e as mudanças ocorridas neles ao longo dos anos¹⁰.

Por isso, em termos metodológicos, este artigo se pretende como uma pesquisa de caráter qualitativo, uma vez que, conforme aponta Minayo (2007) tem como característica se ocupar dos significados, crenças, valores de um dado universo em que reduzir a mera quantificação não seria o suficiente para tal entendimento da realidade. A pesquisa se destaca ainda por seu caráter documental que, de acordo com Gil (2002), se trata de um método que lança mão de uma análise baseada em documentos e dados coletados em arquivo público. O material levantado para situar os grupos relacionados a temática desse trabalho cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisas (DGP) estão disponíveis na base virtual do CNPq.

¹⁰ Esse entendimento está atrelado ao que viemos observando na pesquisa sobre “Psicologia Social, feminismos e suas interfaces” em território brasileiro. Através do procedimento metodológico que buscou mapear as pesquisadoras no currículo lattes, bem como os grupos credenciados no DGP, pudemos compreender a presença de gerações de pensadoras. Elas, desde a década de 80, vem se organizando em núcleos/grupos acadêmicos e formando novas pesquisadoras que são atravessadas pelas orientações que tiveram e lugares onde se formaram. Assim, me inspiro nos procedimentos metodológicos realizados e os incorporo na busca pelas pesquisadoras travestis e mulheres trans.

O percurso trilhado para que alcançasse nosso objetivo fazia necessário, a princípio, a delimitação de descritores relacionados ao tema, de modo que fosse possível localizar os grupos cadastrados no CNPq¹¹ que abordassem sobre as travestilidades. O que por sua vez, permitiria localizar também a presença de pesquisadoras Travestis em tais grupos. Nesse sentido, elenquei como palavras de busca os termos: “Travesti”, “Travestilidades”, “Transfeminismo” e “Queer”¹². A primeira parte dessa busca utilizou dos descritores listados acima e filtrou os resultados abarcando “nome do grupo”, “nome da linha de pesquisa”, “Palavra-chave da linha de pesquisa”, incluindo grupos certificados e os não atualizados de todas as regiões. Todos esses dados obtidos foram sistematizados em uma planilha de Excel contendo os nomes dos grupos, a instituição vinculada, a área do saber e a região onde se localizam. Cabe frisar que tal busca foi feita entre os meses de setembro e outubro de 2023, portanto, anteriores à chamada para o novo censo do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil e suas atualizações.

Cabe dizer ainda que para estudar acerca das políticas desenvolvidas nas instituições analisadas, utilizou-se também como método a revisão de literatura narrativa. Conforme Rother (2007) esta se caracteriza por um mapeamento amplo do campo, cujas referências são selecionadas de acordo com a análise e subjetividade da pesquisadora e que são relevantes, pois permitem compreender a complexidade do campo de maneira atualizada. Houve preferência em selecionar trabalhos acadêmicos acerca do tema produzidos pelas próprias Travestis pesquisadoras, a partir da análise do currículo lattes das acadêmicas. Elas compõem, portanto, grande parte do referencial teórico para as discussões e análises.

Foi feito também um trabalho de busca pelas conexões das pesquisadoras travestis nas redes sociais. Em linhas gerais, o trajeto feito consistiu em acompanhar o perfil de algumas

¹¹ Esse tipo de mapeamento vem sendo feito na pesquisa “Psicologia Social, Feminismos e suas interfaces”, da qual participo. O que por sua vez, facilitou que já conhecesse as ferramentas de busca das plataformas do CNPq (Lattes e DGP) e que reconhecesse também alguns dos grupos que trabalhei.

¹² A escolha por tais descritores está em consonância com o que propõe a Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento (2022) quando afirma sobre os debates feitos por transfeministas brasileiras que vem se debruçando sobre o protagonismo político de travestis na batalha na época da ditadura, as articulações com movimento LGBTQIA+, o movimento trans e as teorias queer.

delas no Instagram, o que foi me permitindo conhecer novas pesquisadoras travestis, bem como os coletivos em que muitas estavam vinculadas e ora citam em suas produções, ora aparecem em seus perfis nas redes sociais. Assim, pouco a pouco, em uma “bola de neve virtual” venho conhecendo essa rede de articulações entre as pesquisadoras, uma vez que, a partir dos coletivos também vou conhecendo novas pesquisadoras. É fundamental destacar este processo, pois estas informações são muitas vezes difíceis de localizar através de buscas noattes ou em artigos, que não evidenciam maiores informações sobre as pesquisadoras, tais como se é uma pessoa cis ou trans. Ainda, cabe destacar que esse movimento de busca em paralelo pelas redes, é um esforço necessário para localizar tais pesquisadoras dentro da academia, haja vista que muitas tem dentro da ciência suas identidades e saberes apagadas.

3. O QUE OS LEVANTAMENTOS NOS CONTAM?

Diante desse levantamento temos os seguintes resultados sistematizados:

Tabela 1 – Mapeamento por regiões do Brasil.

Descritor	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Resultados Totais
“Travesti”	1	2	1	9	1	14
“Travestilidades”	0	0	0	1	0	1
“Transfeminismo”	1	1	1	2	0	5
“Queer”	6	31	4	28	12	86
Total	8	34	6	40	13	106

Arquivo pessoal.

Tendo em mente que tal panorama apontou as regiões Sudeste, Nordeste e Sul¹³ respectivamente como os locais onde estão as Instituições de Ensino Superior (IES)

¹³ As respectivas regiões também foram localizadas enquanto destaque de produções de Psicólogas Sociais Feministas.

responsáveis por liderar discussões relacionadas as travestilidades, realizamos um novo recorte de busca focado agora nas Universidades. Dessa forma, selecionamos três IES, sendo elas: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP). Tal escolha se justifica por serem Universidades de referência nos respectivos estados das regiões que lideram tal discussão, mas também por serem as instituições onde atualmente as travestis pesquisadoras que compõem a fundamentação teórica deste trabalho têm produzido saberes e teorias.

Dessa forma, utilizando da ferramenta de busca do DGP, realizamos uma nova busca com os descritores nas Instituições selecionadas. Incluímos nessa etapa também o termo “sexualidade”. Entendemos que não se trata de um termo relacionado diretamente ao recorte proposto, mas consideramos relevante, pois dentro desse campo poderia haver grupos que tenham incorporado tais discussões. Os resultados obtidos foram sistematizados na tabela a seguir:

Tabela 2 – Mapeamento por IES.

	Travesti	Travestilidades	Transfeminismo	Queer	Sexualidade
UFSC	1	0	0	4	14
UNICAMP	0	0	0	0	7
USP	1	0	1	2	14

Acervo pessoal.

Cabe salientar que na UFSC os grupos “Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS)” e “Queerâncias – Deslocamentos feministas lésbicos e queer nas artes” retornam para os descritores “Queer” e “Sexualidade”. Já na USP os grupos: “Núcleo FEA de Pesquisa e Extensão em gênero, raça e Sexualidade – GENERAS” retorna tanto para o descritor “Travesti” quanto “Sexualidade” e por fim, também na USP, o grupo “NÓS- Grupo de Estudos sobre Feminismos” retorna tanto para o descritor “Queer” quanto “transfeminismo”.

Apesar de o DGP ser um sistema completo que incorpora e sistematiza informações relevantes sobre os variados grupos vinculados ao sistema, em todo território nacional, observamos algumas inconsistências, que podem decorrer de uma desatualização e justificam a nova chamada do CNPq aos grupos, conforme publicado no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Localizaremos aqui estas inconsistências, no sentido de apontar que tal sistema apresenta fragilidades em retornar à totalidade dos grupos que estão fazendo essas discussões, e que, portanto, esse mapeamento realizado possui limites. No entanto, reconhecer tais limites e incorporá-los à discussão é também uma via necessária para a consolidação do campo de pesquisa em construção por essas teóricas travestis e mulheres transexuais. Ademais, vale ressaltar que a despeito dos limites, os dados encontrados são consistentes e passíveis de compor a análise, uma vez que nos resultados retornam grupos em que estão presentes travestis pesquisadoras, com linhas de pesquisa ou objetivos que se vinculam à temática.

Nessa toada, a primeira inconsistência identificada se apresenta quando buscamos pelo grupo “Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades” ou “NeTrans” no DGP e retornam apenas dois resultados, sendo eles: “Controle Biológico de Fitonematoides” e “Núcleo de Estudos sobre Transportes – NETRANS” vinculados respectivamente à “UFV” e à “UNILA”. Sendo assim, apesar de não retornar na busca direta no DGP¹⁴, o grupo foi incluído na análise produzida pelo gráfico 1, justificado pela sua relevância social e científica.

A segunda inconsistência delas é no que tange ao Grupo NIGS, vinculado à UFSC, cuja linha de pesquisa Gênero e sexualidades apresenta em seus objetivos o termo “travestilidades”, entretanto ao colocar no campo de buscas do DGP, o termo não retorna ao NIGS¹⁵. A terceira inconsistência é no que tange ao grupo “Queerâncias – Deslocamentos feministas lésbicos e

¹⁴ Realizamos buscas por informações mais atuais do NeTrans também no site institucional da UFSC e pela página do grupo no Facebook, no entanto, não fomos bem-sucedidas. Maria Zanela, fundadora do grupo, nos esclareceu posteriormente que o grupo não existe mais.

¹⁵ No que tange ao NIGS, uma das autoras deste trabalho esteve vinculada ao grupo entre os anos de 2011 e 2015.

queer nas artes”, haja vista que o descritor “transfeminismo” não apresenta resultados na UFSC, no entanto, no referido grupo, há uma linha de pesquisa intitulada “curadoria e inventários feministas/transfeministas/dissidentes”. Ao contrário do NeTrans, as duas inconsistências identificadas não foram incorporadas aos resultados das planilhas, pois se tratava de linhas específicas dentro dos grupos de pesquisa.

4. TRANSFORMANDO OS DADOS DO MAPEAMENTO EM UMA ANÁLISE DENSIFICADA

As escolhas dos grupos a serem analisados e a forma como se articulam ao debate, provocando interpelações na universidade, tem relação direta com as travestis e mulheres transexuais pesquisadoras com as quais esse trabalho dialoga. Portanto, é fundamental localizar o percurso feito para identificá-las.

No que tange a Maria Zanela, se justifica por ser uma das fundadoras do NeTrans na UFSC e apesar de o grupo não retornar nas buscas pelo DGP, ele pôde ser localizado no site oficial da UFSC, assim como também no site do Instituto de Estudos de Gênero. Nesse sentido, o percurso feito para localizar Maria Zanela consistiu em ler as reportagens que diziam sobre a criação do NeTrans e buscar no Lattes o currículo da pesquisadora.

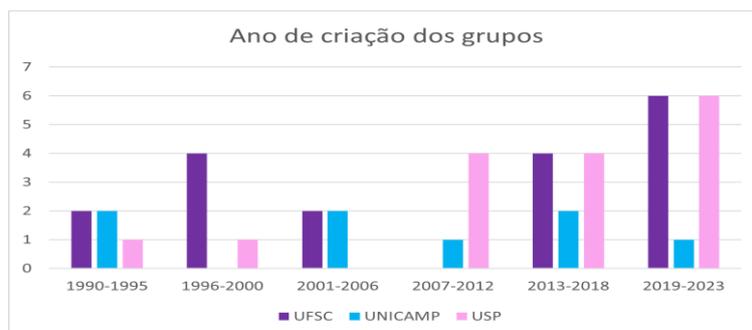
Já no que tange ao percurso feito para localizar Brume Dezembro Iazzetti, considerou-se alguns fatores, como: o mapeamento realizado ter retornado o grupo PAGU; a existência de vagas adicionais para pessoas trans no Edital de seleção de Mestrado e Doutorado 2023/2024 do programa de Pós-Graduação (PPG) em Antropologia Social na UNICAMP; as pesquisadoras do PAGU estarem vinculadas ao PPG de Antropologia Social. Assim, partiu-se do pressuposto de que as pesquisadoras que compõem tal grupo orientam/orientaram trabalhos de travestis. Dessa forma, analisando o currículo lattes identificamos na PAGU a pesquisadora Regina Facchini que por sua vez, orientou Brume no Mestrado e que, dada relevância científica e social de sua dissertação, também irá compor o referencial teórico deste trabalho.

Por fim, o percurso utilizado para localizar Maria Clara Araújo dos Passos refere-se à princípio pela visibilidade que a pesquisadora tem nas mídias digitais desde 2014, quando foi a primeira travesti a ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco, mas por sobretudo, sua inserção se justifica pelas produções relevantes sobre as travestilidades em interface com a educação, como por exemplo. Cabe pontuar que a despeito de não localizarmos produções da autora que abordem sobre as políticas de permanência, a intelectual possui outras produções relevantes que compõem o referencial teórico deste trabalho.

A partir destas travestis acadêmicas acessamos dados sobre os grupos de pesquisas presentes nas IES brasileiras mais recentes de cada uma delas a saber respectivamente: UFSC, UNICAMP e USP. Tais resultados do mapeamento nas três IES foram sistematizados em uma tabela no Excel, onde constam dados relativos às líderes do grupo, área do saber, instituição vinculada, ano de criação e descritor utilizado. A partir da tabela pudemos perceber que há uma variedade nas áreas do saber às quais os grupos se vinculam nas três instituições, no entanto, respectivamente em ordem decrescente as áreas que mais se destacaram são: Educação, Antropologia, Sociologia e Letras. Convém ressaltar que apenas dois grupos retornaram na busca estão vinculados à Psicologia, assim como os grupos de Artes, Enfermagem e Geografia.

Também pudemos perceber que ao longo da última década houve um aumento significativo no interesse pelo tema das travestilidades, o que se apresenta pela criação de novos grupos que abarquem a temática nas instituições. Sendo assim:

Gráfico 1 – Ano de criação dos grupos.



Acervo pessoal.

Refletir sobre esse aumento, à luz de uma perspectiva histórica, nos traz elementos significativos para compreender tal cena. Nesse sentido, cabe um apontamento acerca do Nome Social, uma vez que conforme indica a transpóloga¹⁶ Brume Iazzetti (2021) entende-se que a conquista por esse direito se dá nos anos 2000, mas é nos anos seguintes que se têm a expansão para os espaços educacionais. Destacamos então três eventos: a implementação do direito, em 2014, no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM); a publicação da Resolução n° 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação/LGBT¹⁷; e por fim, o Decreto n° 8727, de 28 de abril de 2016¹⁸.

Esse resgate é importante, pois indica que aos poucos o Estado vai assumindo sua responsabilidade na efetivação daquilo que já estava previsto quando a Constituição Cidadã foi outorgada. Sobre esse ponto cabe o adendo, conforme Cláudia Vianna (2018) discorre, o Estado desde o início do séc. XX fora uma figura omissa no que tange a inserção dos debates de gênero e sexualidade dentro da educação, e quando existiram, foram centrados em perspectivas médicas higienistas francesas. Ao integrar uma equipe de pesquisadores que intentavam lançar luz sobre as principais contribuições/contradições que a conceituação de gênero poderia ter as políticas públicas da educação básica, a autora analisa a própria Constituição e afirma que

Foi a partir desta Carta Magna que procuramos identificar o processo de introdução do gênero nas legislações e reformas federais concernentes à educação, como também verificar quais avanços e desafios dessas políticas públicas educacionais com vistas à ampliação de direitos, tendo a educação escolar como importante dimensão da construção da cidadania (Vianna, 2018, p. 73).

¹⁶Os des/encontros nos eventos, coletivos, artes, referenciais feministas e da antropologia social, geraram reverberações que fizeram a autora aprender que “[...] que “nosso corpo [trans*] sempre vem antes” - e, com isso, sei que, antes de antropóloga, sou transpóloga” (Iazzetti, 2021, p.43).

¹⁷ Publicada em 2015, a resolução estabelece diretrizes para assegurar o acesso e permanência em instituições educacionais de travestis, transexuais e outras sujeitas cuja identidade de gênero não seja reconhecida.

¹⁸ Publicado em 2016, o decreto estabelece normas para o uso do nome social e para o reconhecimento da identidade de gênero em contexto federal, tornando vedado o uso de expressões discriminatórias/ofensivas.

Sobre esse fato ainda, Vianna (2018) chega à conclusão de que a Carta Magna apontava a necessidade do Estado estabelecer bases de orientação sobre a interface gênero e educação sexual, destacando como desdobramento dessa demanda: os Parâmetros Curriculares Nacionais (relativos aos temas transversais), muito criticado pelo seu caráter prescritivo, centralizador dos debates e a inconsistência metodológica que não era capaz de atingir a transversalidade proposta. Feito esse adendo, esse fato corrobora a nossa afirmativa inicial, de que entre idas e vindas, desde a referida constituição ser outorgada, pouco a pouco o Estado vem assumindo a responsabilidade desse debate, inclusive no âmbito da educação básica, fator fundamental se consideramos a alta taxa de travestis e transexuais que não concluem o Ensino Médio conforme dados apontados na introdução deste texto.

Retornando ao cenário da Educação Superior, por sua vez, esse “assumir a responsabilidade” do Estado, ainda que aos poucos, abre possibilidades iniciais para que mais travestis possam estar também nesses espaços de educação formal. Isto é, acontece que tais eventos levantam subsídios institucionais, para que travestis ingressem na universidade e nela permaneçam.

Argumento isso considerando o que a travesti e pesquisadora Maria Zanela (2018), defende ao afirmar que para travestis e mulheres transexuais a garantia do nome social é uma política de inclusão fundamental. Uma vez que a garantia desse direito assegura o respeito a identidade de gênero e sua experiência subjetiva, sua implementação possibilita legitimar as experiências sociais dessas sujeitas, diminuindo as humilhações vivenciadas nesses espaços e possibilitando sua inclusão no meio social (Zanela, 2018).

Vale pontuar também que, as pesquisadoras Maria Zanela (UFSC), Brume Iazzetti (UNICAMP) e Maria Clara Araújo (USP) ingressam respectivamente nas instituições nos anos de 2013, 2015 e 2021¹⁹. Nesse sentido, a partir dos dados expostos no gráfico, e considerando os marcos históricos apontados acima, é possível construir a hipótese de que o aumento no

¹⁹ Maria Zanela ingressou na Universidade em 2013, obteve título de mestra em Serviço Social em 2018 e ingressou em 2019 no programa de pós-graduação em Educação. Brume realizou a graduação em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia Social pela mesma instituição, obtendo título de mestra em 2021. Maria Clara ingressa na USP em 2021 no programa de mestrado em Educação.

surgimento de grupos que se debruçam sobre os estudos das travestilidades está relacionado diretamente à permanência dessas travestis universitárias que ingressam na instituição. E que, portanto, passam a tensionar essa estrutura, trazendo consigo discussões epistemológicas, teóricas e metodológicas enquanto não mais objetos de estudo, mas sim como sujeitas e pensadoras.

Nesse sentido, entendendo que esses tensionamentos e mudanças incitadas pelas Travestis acadêmicas não se restringem apenas aos grupos onde elas estão vinculadas, pretendo no próximo subitem contextualizar tais transformações nas IES onde elas estão presentes atuando.

5. UFSC, UNICAMP E USP: AS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA TRAVESTIS EM EVIDÊNCIA

A implementação e espraiamento do nome social nas IES, é recente em termos históricos, mas dada sua importância para a permanência travesti na universidade faz necessário demarcar a posição deste direito nas três universidades. Ainda, apesar de recente em termos históricos, é uma das pautas “mais antigas” do movimento, se comparada, por exemplo, às discussões acerca das ações afirmativas para população trans e travesti, que atualmente tem ganhado mais visibilidade²⁰.

Assim, observa-se que na UFSC esse processo se inicia a partir da Resolução Normativa nº 018/CUn, de 24 de abril de 2012²¹, que apesar de um avanço, instituía que a alteração dos

²⁰ A presença de cada vez mais travestis em diversos espaços (academia, política, artes, etc...) em diálogo com os movimentos vem invocando mudanças. Em julho de 2023, a Deputada Federal Érika Hilton (PSOL-SP), anunciou a apresentação de um Projeto de Lei que visa implementar cotas para transexuais e travestis nas Universidades e Institutos Federais pelo país. Argumentou se tratar de uma medida que visa combater crueldades históricas impostas à população travesti. A reportagem está disponível no site da CNN Brasil por meio do link a seguir: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/erika-hilton-apresenta-projeto-que-propoe-cotas-para-transexuais-e-travestis-no-ensino-superior/>.

²¹ Regulamentava o uso do nome social para estudantes trans para fins da inscrição no vestibular e em registros acadêmicos.

dados seria feita apenas no semestre seguinte, o que expunha as estudantes à discriminação e violação de sua identidade de gênero (Zanela, 2018; Almeida e Souza, 2023). Ante a essa problemática, somava-se o fato de que o documento não contemplava a realidade vivenciada pelas alunas na instituição, assim como também era desconhecido por grande parte de servidoras e professoras, o que implicava na permanência diária das estudantes. É durante o V TransDay do NIGS, em 2014, que tais questões foram debatidas, incorporadas as muitas manifestações das estudantes transexuais e travestis da UFSC. O que por sua vez, anos depois, reflete na deliberação da Resolução Normativa nº 59/CUn/2015, considerada a mais completa no cenário nacional (Zanela, 2018). Recebe esse título haja vista que o acesso ao nome social é garantido a estudantes, servidoras e participantes de extensão e o prazo para alteração passa a ser de 30 dias após a solicitação (Almeida e Souza, 2023).

Com a nova resolução publicada, outras questões se apresentam na prática, como irá apontar Maria Zanela em estudo realizado na instituição ao tentar compreender as dificuldades reais para ingressar na Universidade identificadas pelas travestis. Nesse sentido, dentre as questões apresentadas estão: a dificuldade de acesso às informações a respeito desse direito, uma das interlocutoras inclusive sinaliza que fica ciente de seu direito a partir de uma Associação localizada em Florianópolis. Isto é, dentro da comunidade acadêmica tais informações são veiculadas de forma falha e insuficiente pela Instituição, que, a despeito de ter a resolução mais completa do país, não viabilizava que o direito fosse acessado. Isso nos leva a um segundo ponto, a burocracia e a má formação da parte técnica e de coordenação do curso. Dois relatos nos ilustram isso: o primeiro deles é quando a estudante vai até o Departamento de Administração Escolar (DAE) solicitar o direito e lá ela não é tratada pelo nome social ou pelo gênero feminino. O segundo deles é que, apesar de a resolução, quando a discente ingressou, prever a retificação dos dados no semestre seguinte, uma interlocutora nos conta que seu nome só é incorporado após 2 anos da solicitação (Zanela, 2018).

Este cenário é em parte semelhante na UNICAMP e USP, Universidades localizadas em São Paulo, que começam, em teoria, a garantir o nome social em meados de 2010 a partir do Decreto Estadual nº 55.588, de 17 de março de 2010, portanto anteriores ao Decreto Federal nº

8.727 de 2016. Na UNICAMP, Brume Iazzetti (2021) nos traz o relato de Beatriz Bagagli, naquele momento estudante de graduação, que ao solicitar o nome social na instituição, sofreu com os entraves burocráticos. A autora do blog “Transfeminismo” nos conta sobre o fato de que havia no decreto de 2010 a estipulação do direito, mas não sua implementação, afirmando que acessa o seu direito devido uma cláusula, cuja interpretação poderia levar a um processo institucional contra a Universidade (Iazzetti, 2021).

No que tange à USP, esta afirma adotar o uso do nome social desde 2010, no entanto o fazia em um formato onde o nome do registro civil vinha ao lado do nome social, com este entre parênteses. Em reportagem escrita por Lucas Almeida e publicada no Jornal da USP, nas palavras da instituição, ela afirma que estudantes estavam “incomodadas” e que então, em 2016, a universidade “adequou” e definiram que internamente seriam utilizados apenas os documentos identificados com nome social. A afirmativa feita em reportagem em 2017 parece não se sustentar, uma vez que em 2022, o projeto de pesquisa e extensão “Corpas trans”, em seu blog, fez uma denúncia sobre a transfobia institucionalizada na USP. No texto publicado em 29 de setembro no Blog pelo grupo afirmam que, apesar de garantir o nome social, a instituição possui um sistema falho que as desrespeita e viola a garantia deste direito, não assegurando o acesso completo delas neste espaço.

Avançando temporalmente mais uma vez, o caminho trilhado coletivamente e a resistência de travestis e transexuais acadêmicas tornaram possível que, em 2023, na UFSC fosse publicada a Resolução Normativa N° 181/2023/CUn, que dispõe sobre a “Política Institucional de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada para pessoas que se autodeclararam transexuais, travestis, transmasculinas, transgeneras e/ou não-binárias, sobre o enfrentamento da transfobia no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)”. A resolução é uma grande conquista, fonte de esperança e inspiração para demais instituições, pois é completa e trata do acesso e permanência em uma perspectiva indissociável. Cabe destacar: o Art. 3° que garante ações afirmativas em todos os processos seletivos da UFSC para pessoas trans; o Art. 20° que reserva 2% das vagas em auxílios pecuniários a essa população (contando com uma avaliação técnica especializada); o Art. 23° que caracteriza o

que é considerado transfobia, seus modos de atuação e as sanções cabíveis e o Art. 28º que oferece formas de denúncia e acolhimento das vítimas.

As reverberações desse movimento chegam até a UNICAMP. Em outubro deste mesmo ano as estudantes decidem aderir à greve das servidoras, que lutavam contra o ponto eletrônico e reivindicavam isonomia salarial com a USP. Em reportagem escrita por Ingrid Saraiva e Lucas Marques para o portal Esquerda Online, militantes vinculados à UNICAMP, destacam a importância da greve e seu caráter diferente, em termos das pautas reivindicadas e das companheiras de luta, se comparadas à greve de 2016. Sob a perspectiva de unificar as lutas, estudantes trans, travestis, quilombolas, indígenas, Pessoas Com Deficiências (PCD's) e servidoras tomam a centralidade do debate e estruturam as demandas da greve. A articulação fez frente à Universidade e exigiu que ela se posicionasse, e, no final do mesmo mês, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNICAMP informou, pelo seu perfil do Instagram, que a greve ainda não havia acabado, mas que tiveram avanços, em destaque: a aprovação das cotas trans e PCD's na instituição, eliminação do nome morto²² pela instituição e banheiros inclusivos para todas e todos.

6. POR UMA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL INTERSECCIONAL

“Eu, travesti, além de ter batalhado por minha entrada, a partir de agora irei batalhar²³ por minha permanência.”
(Passos, 2022, p.23)

Falar de permanência dentro desse contexto envolve refletir sobre outras faces da discussão. É fundamental que, ao pensar nesse complexo fenômeno do ingresso das travestis, a partir da publicação das referidas resoluções, estes estejam sob análise de uma perspectiva

²² Categoria nativa utilizada para se referir ao nome de registro (ou outro nome) que não é mais reconhecido pela pessoa trans.

²³ Cabe pontuar que “batalha” na fala de Maria Clara Araújo dos Passos assume duplo sentido, pois se refere a batalha por permanência travada por travestis em contextos além da educação.

interseccional, considerando esta enquanto ferramenta analítica, mas também norteadora da práxis cotidiana (Collins e Bilge, 2021). Afinal, como é possível falar de permanência sem previamente reconhecer que a universidade não é vivenciada da mesma forma por todas? Sem reconhecer que existem ali relações interseccionais de poder que permeiam as relações sociais e as experiências individuais? Considerar o cruzamento de categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, etnia, capacidade e geração, a partir da virada de perspectiva da relacionalidade, significa também o exercício de compreender como essas estudantes constroem os sentidos no dado contexto social em que se inserem e como tais fatores podem construir formas de resistência e permanência nesses espaços.

Para ilustrar esse ponto transcrevo aqui um trecho da fala de Maria Zanela em uma mesa sobre “Transidentidades” organizada pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Assim:

“É inevitável falar de identidade travesti, sem falar de si e da constituição de si. Então quando a gente vem fazer uma fala para vocês é inevitável que a gente não fale de nós, precisamos falar de nós por que somos poucas ainda dentro da academia, somos pouquíssimas que conseguimos adentrar os programas de pós-graduação... como eu gosto de falar, é dos programas de prostituição para os programas de pós-graduação. A gente migra de um contexto de prostituição, de um programa de prostituição para um programa de pós-graduação, né? E isso é muito recente, na última década a gente consegue adentrar esses espaços e a gente consegue produzir como sujeitas, como pesquisadoras, como intelectuais e como vozes potentes também” (Maria Zanela, agosto de 2020, durante a mesa “Transidentidades | 6º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismos”, *grifos nossos*).

E é assim que a autora inicia sua dissertação de mestrado: falando de si. Da sua história para chegar até esse espaço acadêmico e nele permanecer. Da importância de estar neste lugar para si, para sua família e para as tantas outras companheiras de luta. Dos seus embates políticos com a instituição e com pessoas ditas implicadas com a transformação social (no entanto, insensíveis e alheios as vivências da estudante travesti). Mas principalmente da construção de um sentido singular para si de resistência, em uma perspectiva relativa à infrapolítica (Lugones, 2014), quando decide que quer estar na academia não para ser “adestrada por saberes” (Zanela,

2019, p.16), mas para fazer da sua presença ali uma luta política diária, provocando e invocando a Universidade a repensar sobre si (Zanela, 2019).

“Porque é um corpo agressivo, é um corpo que dói. Dói o olhar das pessoas, as pessoas, elas... algumas tem uma certa aversão, porque ele é um corpo que não se conforma com a norma, não se conforma com a normatividade, o nosso corpo é muito político. E devido a gente ver muitas de nós na prostituição, dessa relação com a prostituição, desse lugar que muitas vezes também nos constitui como sujeitas, a gente tem outros códigos de conduta. Então quando a gente adentra a universidade, a gente vem com esses códigos de conduta que a gente traz desses contextos de prostituição né? Algo que eu gosto de falar muito, a política do escândalo, a gente fala alto, a gente se expressa de uma forma que para muitas pessoas é agressiva, a gente fala de sexualidade sem nenhum problema, abertamente, em público, em qualquer lugar, por que é da nossa trajetória... e isso choca as pessoas (Maria Zanela, agosto de 2020, durante a mesa “Transidentidades | 6º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismos”, grifos nossos).

Acontece que o trânsito pela prostituição e ser um corpo dissidente na academia provoca inúmeros atravessamentos. Nesse entrelaçamento, é interessante a categoria “piranha”, defendida por Ana Paula Garcia Boscatti e Letícia Cardoso Barreto (2024). As piranhas, consideradas perigosas e indomesticáveis adentram o território científico e entram em disputa pelo lócus da produção de conhecimento, até então focalizado no *mainstream* científico. Elas nos ensinam com esse movimento, que a episteme dominante está em xeque e que tudo pode ser devorado por elas. Afinal, essas “sujeitas da bagaceira” deliberadamente se reconhecem como tal e ressignificam o “ser piranha”. Em bando, elas multiplicam suas indagações e devoram pouco a pouco o “cis”tema que tenta as enquadrar enquanto objeto, construindo na “piranhagem” um espaço de produção de saberes localizados e corporificados (Boscatti e Barreto, 2024).

Tais reflexões somadas a atributos próprios da trajetória da pensadora, como a afirmação da sua identidade travesti e o exercício da prostituição, a constituem enquanto pesquisadora nativa/estranha. Uma pesquisadora que fala daquilo que a afeta, de seu interior, sendo ao mesmo tempo “pesquisadora” e “sujeita da pesquisa”, o que reflete na produção realizada quando nos mostra aquilo que não é apenas singular dela, mas que diz sobre suas colaboradoras, sobre suas

subjetividades construídas em diálogo. Cabe pontuar que não se intenta aqui universalizar ou essencializar o que é ser travesti, mas de dizer que tais espaços e posições marcam seu olhar enquanto pesquisadora e que produzir nos moldes de uma ciência neutra, não é uma opção. Nesse sentido, a “política do escândalo” citada por Zanela, esse código de conduta internalizado pelas travestis na batalha, assim como as produções piranhas (Boscatti e Barreto, 2024) perpassam também suas produções, suas formas de ocupar os espaços e invocam disputas quando adentram na “torre de marfim” que por tanto tempo vem sendo a Universidade no Brasil (Zanela, 2019).

Assim, em concordância com que entende bell hooks (2013), o fazer científico da Maria é também permeado pelo erotismo, pois desafia o dualismo metafísico científico ocidental de que para estar dentro do ambiente acadêmico é preciso uma cisão entre corpo e mente. Pelo contrário, é preciso estar inteira e reconhecer a dimensão da paixão como fundamental para ensinar, aprender e fazer ciência. Falar de si e de seu corpo político é uma forma de não ceder a essa cisão imposta, mas de subvertê-la tendo *eros* como força motriz, criticamente refletindo sobre essa realidade e procurando novas formas de ocupar a ciência. Dessa forma,

“Para além das disputas do campo teórico, por que isso também é outra discussão e que é algo que a gente tem enfrentado muito aqui dentro ao produzir sobre si, mas não é somente uma produção de si, não é somente uma escrita de si. E eu posso falar com propriedade em relação ao programa que estou atualmente, programa de pós-graduação que eu faço parte, a gente encontra muita dificuldade inclusive nos campos que se dizem progressistas, em núcleos que estudam gênero e por isso surge, nasce o NeTrans, um núcleo idealizado por mim e pela Gabriela, que tem como fundadores e fundadoras a comunidade trans da UFSC” (Maria Zanela, agosto de 2020, durante a mesa “Transidentidades | 6º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismos.”).

A presença de cada vez mais pesquisadoras travestis e mulheres transexuais na academia, tornou possível a criação de um grupo de resistência trans na Universidade, o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades ou como é mais conhecido, NeTrans. De acordo com reportagem de Erick Souza, publicada no portal da UFSC, foi criado em 2018 e reconhecido pelo CNPq no mesmo ano. É fruto da articulação político-acadêmica de duas estudantes e pesquisadoras travestis, sendo elas as Doutoradas em

Educação, Maria Zanela e Gabriela da Silva. O grupo é pioneiro no sentido de ter sido o primeiro a ser idealizado e estruturado por duas travestis, surgindo como resposta aos embates travados dentro dos espaços institucionais da Universidade frente a suas vivências. Portanto, é um espaço de reivindicar e lutar pelo acesso, permanência e acolhimento das estudantes trans da Instituição. Sendo que neste lugar, estas deixam de ocupar a posição de meras “objetos de estudo” para se tornarem sujeitas políticas que gozam de direitos e que produzem epistememas. Embora a constituição do núcleo seja um grande avanço, entraves institucionais se apresentam, por exemplo, no fato de que apenas Doutoradas são permitidas a liderar o grupo no CNPq. Isto inviabiliza a possibilidade de que Gabriela ou Maria que naquele momento ainda eram doutoranda e mestranda, assumissem formalmente a posição de protagonismo e reconhecimento pela criação do núcleo.

Se na UFSC a articulação das pesquisadoras Travestis proporciona a criação do grupo acadêmico e político NeTrans, na UNICAMP e na USP, essa articulação também proporciona a tecitura de redes em coletivos e grupo de pesquisa. Na UNICAMP, em 2014, fundou-se o Coletivo Transtornar que tinha em sua composição travestis ativistas importantes como Amara Moira e Beatriz Bagagli, e que foi responsável, em 2017, por organizar a Semana da Visibilidade Trans, evento importante que concentraram discussões sobre transfobias na universidade, identidades trans e mercado de trabalho. Em 2018, ainda na mesma instituição, surgia o coletivo Ateliê Transmoras, criado pela estilista Vicenta Perrota dentro da moradia estudantil da UNICAMP, e fora responsável por uma gama diferente de ações, desde cursos de produção têxtil, eventos de visibilidade trans até cursinho popular (Iazzetti, 2021).

Ainda mais recente, em articulação entre UNICAMP e USP, surgiu em 2021 o Coletivo Leilane Assunção, que conforme consta informações no próprio site do coletivo, busca criar uma rede de apoio para que pessoas trans ingressem nos Programas de Pós-Graduação (PPG). O Coletivo possui um canal no YouTube com mesmo nome, em que estão disponíveis lives de vídeo aulas, ministradas por docentes dos PPG's, que abordam pontos estratégicos dos processos seletivos (provas, preenchimento do currículo lattes, construção do projeto de

pesquisa, arguição e carta de intenção). As professoras Regina Facchini e Isadora Lins França, pesquisadoras vinculadas ao PAGU, ministraram aulas neste canal.

Na USP, também em 2021, fruto da articulação de duas docentes da instituição, a travesti Gabrielle Weber e não-binária Silvana Nascimento, junto à coletiva intertransvestigênera Xica Manicongo, criam o projeto de pesquisa e extensão Corpas Trans, conforme descrito no Blog em publicação “quem somos” feita em 2022. O objetivo inicial do grupo consistiu em mapear em profundidade as demandas desta população dentro da instituição, de modo que, relacionando-as fosse possível também traçar estratégias de enfrentamento.

A criação dos coletivos acima descritos são uma resposta das travestis acadêmicas frente à posição das Instituições, com suas resoluções falhas, implementação dos direitos precária e ausência de dados consistentes sobre essa população discente. Nesse sentido, é na tecitura de redes coletivas, organizadas pelas próprias acadêmicas travestis, que vão se sustentando “respiros” para que continuem na luta. Brume Iazzetti (2021) traz esse elemento quando afirma sobre a importância das redes transcêntricas, relevante forma de oferecerem acolhimento e apoio entre si, sem desconsiderar as diferenças que as constituem, mas tecendo redes afetivas, epistemológicas, políticas e econômicas pelos espaços onde transitam. Isso se faz ver nas três instituições, seja em festas, reuniões ou encontros acadêmicos onde essas discussões são debatidas pelas que compõem o movimento. Desses encontros emergem demandas coletivas e propostas que provocam a universidade a se reformular, mas também locais de sociabilidade, afeto e de se afirmar travesti nesses espaços institucionalizados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos compreender, a partir da presença de Travestis pesquisadoras, como vem ocorrendo mudanças institucionais em termos de acesso e permanência nas Universidades públicas do Brasil. Os resultados apontam o despreparo de Instituições de renome no Brasil, em especial nas universidades analisadas: UFSC, UNICAMP e USP, que a

passos lentos vem se debruçando em garantir a efetividade da legislação. O Nome Social, um dos aspectos destacados ao longo do texto, é a categoria utilizada para desvelar as transfobias vivenciadas por essas sujeitas dentro das IES que vão desde a exposição do seu nome morto, uso do gênero incorreto, insensibilidade dos docentes/técnicos administrativos com suas vivências, até o questionamento da sua intelectualidade e produções.

Apesar do despreparo, os resultados indicam também a importância da presença destas travestis universitárias nesses espaços, tensionando as instituições tanto a implementar tais resoluções, como para também repensá-las diante de mudanças no cenário social, político e histórico. Fato é que se torna possível associar a presença delas na Universidade, com o aumento também dos grupos de pesquisa que discutam sobre as travestilidades. Das muitas reverberações, talvez a mais importante delas seja o fato de que essas sujeitas tratadas ao longo da história da ciência como objetos de estudo, passam, portanto, a serem também sujeitas da pesquisa e pensadoras a partir de suas experiências (Nascimento, 2021).

Em especial sobre esse último ponto, a intelectual e Doutora em Educação, Letícia Nascimento (2021), ressalta a importância dessa valorização partindo da própria conceituação do transfeminismo, enquanto movimento acadêmico-político cunhado por travestis e mulheres transexuais. É, portanto, um movimento intelectual que emerge da fronteira com a prática, com a experiência subjetiva dessas sujeitas compondo as epistemes que surgem do movimento. Nas palavras da travesti intelectual e Doutora em Psicologia Jaqueline Gomes de Jesus “o transfeminismo não é aprendido apenas com leituras, se as palavras não pulsam nas veias de quem as lê” (Jesus, 2014, p. 6).

Quando sujeitas trans e travestis invocam a criação de uma corrente feminista, contrárias a correntes que essencializam a concepção do “ser mulher” e trazem esse questionamento na confluência entre teoria e prática, elas nos inspiram também a pensar uma educação transfeminista. Fazem isso no sentido de, assim como destaca Thiffany Odara em sua dissertação (2023), reafirmar o compromisso político/social do movimento com as suas pares, na construção de um conhecimento crítico que inclua também essas sujeitas “outras” nesses espaços. Os movimentos têm muito a contribuir para educação, a partir de um olhar alinhado a práxis que traz interpelações diversas dessas muitas sujeitas que o compõem.

Mais uma vez retornando ao nosso debate nesse texto, lutar por uma educação transfeminista coloca a necessidade de lutar por cotas trans, pela sua permanência e formação continuada, reestruturação dos currículos (das bibliografias utilizadas em sala de aula que muitas vezes perpetuam racismos/sexismos/machismos/transfobias) e docentes trans. Isso se dá em uma perspectiva interseccional, reconhecendo as a multiplicidade de sujeitas trans e travestis que são alvo das políticas públicas do contexto da educação. Apenas apontando para esse caminho, seremos capazes de seguir em um horizonte de universidade (e sociedade) mais democráticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucas. **Alunos da USP podem usar nome social em documentos e diplomas**. São Paulo, 5 jun. 2017. Jornal da USP [online]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/eventos/alunos-da-usp-podem-usar-nome-social-em-documentos-e-diplomas/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ALMEIDA, Rosiani Bion de. SOUZA, Irineu Manoel de. Ações institucionais para acesso e permanência da pessoa transgênero na Universidade Federal de Santa Catarina. *In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária*, 21, 2023, Cidade de Loja - Equador. **Anais eletrônicos** [...] Cidade de Loja: 2023, p. 1-17. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243880>. Acesso em: 15 de ago 2023.

BARRETO, Letícia Cardoso. **“Somos sujeitas políticas de nossa própria história”: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. 2015. p. 255. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BARRETO, Letícia Cardoso. Pesquisa feminista e prostituição: tecendo redes de solidariedade e luta. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 3, p. e77661, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n377661>. Acesso em: 6 de mar 2025.

BENEVIDES, Bruna. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão

Popular, 2019, 80p. Disponível em: [dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf](#). Acesso em: 20 dez. 2024.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia. BARRETO, Letícia Cardoso. “Agora eu sou piranha e ninguém vai me segurar”: Um manifesto pela devoração sexual. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 7, n. 22, 2024. DOI: [10.29327/2410051.7.22-48](#). Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/16226>. Acesso em: 6 mar 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 3 de set. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 19 de dez 2024.

BRASIL. Decreto nº. 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília DF, p.1, 29 abr. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/04/2016>. Acesso em: 19 de dez 2024.

COLETIVO LEILANE ASSUNÇÃO. **Sobre Leilane Assunção e o Coletivo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://coletivoleilaneassuncao.wordpress.com/about/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2021.

Comunicação Instituto Estudos de Gênero - UFSC. **Transidentidades | 6º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismos**. Florianópolis: YouTube, 27 ago. 2020. 1 vídeo.(112 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7BiH--RW0B0>. Acesso em: 15 out. 2023.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **CNPq retoma o Censo DGP**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-retoma-o-censo-dgp>. Acesso em: 20 de dez. 2024.

Corpas T USP. **Qual seu nome “de verdade”?**. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://www.corpastrans.org/2022/09/qual-seu-nome-de-verdade.html>. Acesso em: 18 dez. 2024.

Corpas T USP. **Quem somos**. São Paulo, 2022. 11 fotografias digitais com descrição. Disponível em: <http://www.corpastrans.org/2022/01/quem-somos.html>. Acesso em: 18 dez. 2024.

DCE UNICAMP. **ENFIM ? A GREVE ACABOU ??? A resposta curta é: AINDA NÃO** [...] Campinas, SP, Instagram. 22 out. 2023. Instagram: @dceunicamp
Disponível em: https://www.instagram.com/p/CyuVgIZNf8O/?img_index=1. Acesso em: 18 dez. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HAMLIN, Cynthia; VANDENBERGHE, Frédéric. Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell. **Cadernos Pagu**. n. 40, p.345-358, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/NMGGc5JnBZ93ssk8ynxZMJc/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2023

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF, 2013.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe 'universidade' em pajubá?**: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. 2021. 311 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes *et al.* **Transfeminismo**: Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 239-249.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. n.3, v. 22, p. 935-952, nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 01 set 2023.

MAYORGA, Claudia et al. O problema que não tem nome: Sobre metodologias para estudo das desigualdades. In: MAYORGA, Claudia (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 151-180.

MAYORGA, Claudia; COSTA, Fabíola Cristina Santos; CARDOSO, Tatiana Lúcia. Universidade Pública no Brasil: Entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, Claudia (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 19- 45.

MAYORGA, Claudia; SOUZA, Luciana Maria de. Ação afirmativa na Universidade: Quando ruídos se tornam vozes. In: MAYORGA, Claudia (Org.). **Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 204-233.

296

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 61 – 77.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo. 2016.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 548-573, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/DGJb8snh5xr44yXVwvgRDSB/#>. Acesso em: 15 de nov de 2023.

OLIVEIRA, Lorena; PAIXÃO, Olívia Vilas Bôas da; GEA, Karina Dias. Travestis e mulheres transexuais prostitutas em Belo Horizonte: uma discussão sobre trabalho, trajetórias, reconhecimento e cidadania. In: PRADO, Marco Aurélio Máximo; FREITAS, Rafaela

Vasconcelos (org.). **Travestilidades em diálogo na pista acadêmica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 211 – 239.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. O currículo frente à insurgência decolonial: constituindo outros lugares de fala. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 12, n. 39, p. 196-209, 2019.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**. n. 2, v. 20, p. v-vi, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 18 nov 2023.

SÃO PAULO. **Decreto nº 55.588/2010**. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo: Assembleia Legislativa de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>. Acesso em 29 nov. 2023.

297

SARAIVA, Ingrid. MARQUES, Lucas. **Transicionar, aldear e aquilombar**: a greve de 2023 da Unicamp e as lições de 2016. Campinas, 18 de out 2023. Esquerda Online [online]. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2023/10/18/transicionar-aldear-e-aquilombar-a-greve-de-2023-da-unicamp-e-as-lico-es-de-2016/>. Acesso em: 29 nov 2023.

SILVA, Thiffany Odara Lima da Silva. **Xirê Educacional**: Escrevivências de práticas pedagógicas desobedientes de mulheres negras no candomblé. 2023. 135 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Programa de Pós graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Salvador, 2023.

SOUZA, Érick. **Ne Trans**: UFSC tem o primeiro grupo de pesquisa do brasil criado por estudantes trans. Santa Catarina, 31 jan. 2019. Notícias da UFSC [online]. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/01/netrans-ufsc-tem-primeiro-grupo-de-pesquisa-do-brasil-criado-por-estudantes-trans/>. Acesso em 24 nov 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Resolução Nº 181/2023/CUn**. Dispõe sobre a Política Institucional de Ações Afirmativas de acesso, concursos, permanência qualificada [...]. Florianópolis: UFSC, 2023. Disponível em:

<https://conselhouniversitario.paginas.ufsc.br/files/2023/09/vers%C3%A3o-final-RESOLU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-Pol%C3%ADtica-para-Pessoas-Trans-aprovada-CUn-14.09.pdf>. Acesso em: 19 dez 2024.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual**: breve história de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ZANELA, Maria. Acesso à informação para construção da cidadania de mulheres transexuais e travestis: Resoluções do Nome Social como estratégia de inclusão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. n. 2, v. 14, p. 367–396, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/795>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ZANELA, Maria. **Travestis em contexto de prostituição de rua**: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta. 2019. p. 102. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

Submetido: 30/07/2024

Aprovado: 30/12/2024